

# Padrão de Reprodução do Capital no Brasil

Niemeyer Almeida Filho<sup>1</sup>  
Priscila Santos de Araújo<sup>2</sup>

## 1. introdução

O padrão de reprodução do capital é um conceito desenvolvido no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (Marini, 1991; Osorio, 2012). Ele é formulado num nível teórico mais concreto do que aquele do processo de acumulação de capital de Marx e assim mais adequado para apreender aspectos da dinâmica do capital nas formações sociais, particularmente as Latino-americanas, que vêm apresentando características aparentemente regressivas de industrialização e especialização exportadora.

Entendemos que estas duas características retratam elementos da natureza da participação da região e de suas formações sociais na divisão internacional do trabalho, sendo portanto elementos estruturais. Contudo, para além disto, nossa hipótese é que há pelo menos dois tipos de padrão de acumulação internos à América Latina, em razão de características muito particulares ao Brasil, tanto as relacionadas ao aparato produtivo quanto aquelas relacionadas à natureza e operação do Estado.

Para discutir este tema, o artigo está organizado em três seções. Na primeira, tratamos da inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho, destacando diferenças internas à região em nível das economias nacionais, embora venha ocorrendo extensivamente aparente aprofundamento da dependência da exportação de produtos primários, chamada por Gonçalves (2000) de regressão da pauta exportadora. O fenômeno consiste na ampliação da participação de produtos primários nas exportações. Os dados apresentados são de economias selecionadas da América Latina. Na segunda seção, discutimos o padrão de reprodução do capital no Brasil. Finalmente, apresentamos algumas conclusões.

---

<sup>1</sup> Professor Associado do Instituto de Economia da UFU.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Instituto Federal do Triângulo Mineiro

## 2. Especialização produtiva na América Latina

A América Latina pode ser geograficamente definida, compreendendo os países que se situam do México ao extremo sul do continente americano.<sup>3</sup> Trata-se de uma região heterogênea. A maior parte dos processos de independência dos Estados Nacionais ocorreu num período histórico semelhante (começo do século XIX), bem como os processos de industrialização de transição ao capitalismo (último quartel do século XIX ao terceiro quartel do século XX).<sup>4</sup> Assim, a heterogeneidade tem muito a ver com as condições materiais, isto é, com as reservas de riqueza na forma de terras agricultáveis, recursos minerais e hídricos, e tamanho das populações. O Quadro 1 compara as três principais economias da América Latina com China e Índia, além dos três principais países do mundo no critério de nível de vida, capacidade produtiva e influência geopolítica. Mais à frente os dados de exportação permitirão melhor comparação interna entre as economias da região.

**Quadro 1 – Dimensões relativas de países selecionados: território, população, PIB e Gap de pobreza**

Países	Território	População	PIB	PIB percapita	ΔPIB	gap pobreza
Argentina	2.736.690	40.374	0.183*	4.740,1*	9,2*	1,97
Brasil	8.459.420	195.210	1.097	5.618,3	7,5	4,56
México	1.943.950	117.886	0.957	8.117,4	5,1	2,11
China	9.327.490	1.337.705	3.838	2.869,1	10,4	4,03
Índia	2.973.190	1.205.624	1.247	1.034,2	10,5	10,51
USA	9.147.420	309.326	13.596	43.313,6	2,5	-
Alemanha	348.570	81.776	2.954	36.127,0	4,0	-
Japão	364.500	127.450	4.648	36.472,8	4,7	-

Fonte: WDI, Banco Mundial

Território: km<sup>2</sup> dados de 2010; População: 1000 habitantes, 2012; PIB: bilhões US\$ (2005), dados de 2010; PIB percapita: milhares de US\$ (2005); Δ PIB dados de 2010; Gap de pobreza, indivíduos com renda inferior a US\$ 1,25 (ppp) por dia. dados de 2005.

\* dados de 2005.

<sup>3</sup> Esta é a definição adotada pela CEPAL. Uma definição alternativa é selecionar os países por semelhanças culturais, particularmente quanto às línguas. Neste caso, fariam parte da região aqueles países de línguas latinas.

<sup>4</sup> É preciso levar em consideração a situação de países/economias pequenas da América Central, parte delas mantendo ainda hoje a condição de protetorados. Em diversos casos, as economias não são industrializadas no sentido de apresentar parques industriais relevantes, caracterizando-se como economias primárias exportadoras mescladas com atividades de turismo. Assim, a afirmação que estamos fazendo exigiria uma relação de países, que não estamos apresentando por não ser o foco da análise.

Não obstante essa heterogeneidade, o capitalismo que se estabeleceu na região apresenta especificidades comuns em nível das economias nacionais. Marini(2000) vai sintetizar essas especificidades no conceito de “capitalismo deformado” pela dominância da superexploração da força de trabalho. A “deformação” é fruto da forma concreta mediante a qual as economias da região se inseriram no sistema global. Portanto, é fruto das condições internas às economias nacionais e do processo concorrencial dos capitais em busca de lucros extraordinários, intrínsecos ao capitalismo.

Uma síntese das proposições de Marini está em Almeida Filho (2013a). Fica evidente que os mecanismos de vinculação das economias latino-americanas ao sistema global são estruturais. A natureza dos mecanismos, sua forma de reprodução e possível transformação são polêmicos. A posição histórica de Marini e dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência é que os mecanismos são tão profundamente enraizados na dinâmica reprodutiva das economias dependentes que apenas um colapso criaria condições de mudança. Neste contexto, advogam a superação do Capitalismo pelo Socialismo.<sup>5</sup>

Em Marini (2000; 2012) há recuperação histórica das condições de transição ao capitalismo na região e da inserção inicial das economias nacionais como fornecedoras de bens primários, a princípio como colônias de metrópoles como Espanha e Portugal, e posteriormente como economias extrativistas capitalistas. O nível geral de diversificação dessas economias era baixo, pois parcela significativa da produção realizava-se no mercado internacional.

Os processos de industrialização dependeram significativamente das ações dos Estados. Neste sentido, as proposições da CEPAL de industrialização pela liderança dos Estados no período pós segunda guerra mundial ganharam força na região, legitimando processos políticos que estavam em curso. Todavia, os resultados não foram homogêneos, tampouco suficientes para revolucionar a participação da região e de suas economias nacionais na divisão internacional do trabalho.

---

<sup>5</sup> Quem melhor trata desta questão é Theotônio dos Santos em diversos trabalhos, porém especificamente em **Socialismo o Fascismo: El Dilema Latinoamericano** (1969).

Mesmo assim, houve mudanças importantes desde os anos 1930 e, especialmente, ao longo dos vinte anos que se seguem ao final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo nas principais economias (Argentina, Brasil e México). A industrialização ampliou as condições de consumo interno, permitindo que muitas das economias lograssem melhorias das condições de vida.<sup>6</sup> Houve, também, mudanças relevantes nos mercados de trabalho, resultado tanto da expansão da economia quanto da própria diferenciação das ocupações e empregos, mas nenhuma delas suficiente para mudar o patamar das remunerações, de maneira que é possível se afirmar que há dominância de uma condição de superexploração da força de trabalho.<sup>7</sup>

O que se caracteriza nos anos 2000 como processo de regressão das pautas de exportação consiste no aprofundamento da inserção histórica das economias nacionais na divisão internacional do trabalho. Neste sentido, é como se o período virtuoso do pós Segunda Guerra Mundial fosse uma excepcionalidade. O processo recente foi alavancado pelo aumento da demanda internacional dos produtos primários inflexionando a série dos termos de troca, conforme se verá mais à frente nos dados da economia brasileira.

Os dados das exportações, por categorias tecnológicas, estão organizados na Tabela 1 e separados em categorias da Teoria Marxista da Dependência, antecipando nossa hipótese de caracterização de dois padrões de reprodução do capital, sendo um para o Brasil e outro comum às demais economias da região aqui selecionadas. Os dados sustentam, no geral, a tese de Gonçalves (2000) de inserção internacional regressiva, embora ela tenha sido formulada apenas para o Brasil. Porém, nossa análise aponta para o que sustentam Nascimento *et al* (2009), que é uma dependência estrutural de commodities.

---

<sup>6</sup> A melhoria das condições de vida que estamos falando seguem condições médias, o que não significa contradição com desigualdade social. Esta aprofunda-se justo pela superexploração da força de trabalho.

<sup>7</sup> Se as condições médias mudaram, os níveis mínimos de remuneração, com ampla frequência na população, mantiveram-se significativamente abaixo das condições sociais que o processo de industrialização permitia.

**Tabela 1 – % Exportações em relação ao PIB por categorias tecnológicas – 2011**

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT 1	LT 2	MT 1	MT 2	MT 3	HT 1	HT 2	Total	PIB
<b>Países Imperialistas</b>												
EUA	19,254	6,140	15,208	1,524	6,647	7,877	9,307	16,270	11,388	6,385	1.412,59	14.991,30
Alemanha	9,844	6,751	5,926	2,890	9,513	16,266	9,172	21,525	8,093	10,021	1.445,08	3.600,83
<b>Semiperiferias Imperialistas</b>												
Espanha	13,617	11,433	12,375	5,852	9,366	17,141	8,978	10,357	4,723	6,157	291,88	1.476,88
<b>Economias de Capitalismo Tardio</b>												
Polônia	8,430	13,519	7,630	3,782	16,476	12,470	8,483	17,694	9,458	2,058	184,62	514,50
Rússia	65,204	3,279	21,368	0,129	2,034	0,319	5,484	1,107	0,759	0,317	515,51	1.857,77
<b>Economia Chinesa</b>												
China	3,552	3,447	5,335	16,116	14,776	2,440	6,118	16,755	28,197	3,265	1.854,35	7.318,50
<b>Subimperialismo dependente</b>												
Brasil	30,742	17,433	23,139	1,931	3,154	5,132	7,393	6,784	1,775	2,517	252,804	2.476,65
<b>Economias dependentes</b>												
Argentina	46,459	17,766	6,120	1,760	1,797	12,190	8,340	2,872	0,379	2,317	81,222	83,997
Bolívia	63,305	5,073	28,689	1,231	0,836	0,000	0,738	0,052	0,037	0,039	8,879	8,175
Chile	51,318	13,357	26,679	1,011	1,583	1,147	2,825	1,448	0,403	0,229	79,845	248,585
Colômbia	68,457	3,705	11,793	2,527	2,698	0,757	6,585	1,307	0,431	1,739	53,874	58,176
Equador	78,995	8,954	5,767	1,098	1,135	1,756	1,129	0,765	0,156	0,244	22,203	23,076
Paraguai	77,701	11,501	1,802	4,132	2,111	0,029	1,265	0,393	0,353	0,712	5,487	12,520
Peru	35,743	4,662	48,827	5,410	2,079	0,103	1,980	0,786	0,218	0,193	35,598	176,925
Uruguai	53,059	21,243	3,339	5,145	5,128	3,934	4,900	1,256	0,250	1,746	7,577	9,274
Venezuela	67,171	0,041	30,791	0,014	0,567	0,012	0,858	0,475	0,012	0,060	91,288	92,807
África Sul	31,915	5,816	26,568	0,653	5,275	8,352	10,801	8,269	1,142	1,209	84,951	408,237
Índia	16,533	2,888	36,457	10,846	10,582	3,201	6,388	7,162	1,662	4,280	294,995	1.847,98
<b>Economias Periféricas</b>												
Etiópia	84,489	4,197	1,415	8,033	0,250	0,517	0,360	0,333	0,162	0,245	2,489	30,247
Nigéria	84,977	0,328	12,215	0,791	0,305	0,053	0,219	1,019	0,033	0,059	125,634	243,986
Rep. C. Afri.	68,852	26,396	0,607	0,005	0,016	1,610	0,186	2,290	0,030	0,008	0,101	2,195
Argélia	82,419	0,481	16,850	0,044	0,072	0,000	0,106	0,019	0,005	0,004	73,434	188,681

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013

O cruzamento desses dados de 2011 com a serie histórica da participação das exportações no PIB da Tabela 2 permite avaliar a tendência. Dos países selecionados, apenas Venezuela e Paraguai não apresentam ampliação das exportações em relação ao PIB na comparação ponta a ponta da série 1960/2012. Os demais países apresentam significativa ampliação da importância das exportações na dinâmica de suas economias, mostrando que a inserção dos anos 1960 não sofreu alteração de natureza. Ressalte-se que a importância relativa do comércio internacional para as economias nacionais amplia-se substancialmente mostrando aumento da interrelação das economias. Interpretamos esses números como consolidação sistêmica do capitalismo, sobretudo se considerarmos que a quase totalidade das economias se encontrava nos marcos do capitalismo, com o esgotamento da experiência histórica de socialismo ainda nos anos 1980.

**Tabela 2 – Exportações em relação aos PIBs (em percentagens)**

<b>Países</b>	<b>1960</b>	<b>1965</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>
<b>Argentina</b>	7,60	6,23	5,60	5,82	5,06	11,74	10,36	9,68	10,99	25,07	21,71	19,71
<b>Brasil</b>	7,06	7,74	7,03	7,54	9,05	12,25	8,20	7,26	9,98	15,13	10,87	12,56
<b>Chile</b>	13,47	13,61	14,61	25,44	22,82	28,15	33,99	29,30	29,29	38,38	38,06	34,21
<b>Colômbia</b>	15,66	11,42	14,31	15,80	16,21	13,81	20,57	14,53	15,92	16,85	15,94	18,27
<b>Peru</b>	20,76	16,10	17,89	10,85	22,40	22,97	15,76	12,59	16,00	25,09	25,67	25,64
<b>Bolívia</b>	-	-	24,59	25,94	24,53	19,05	22,78	22,55	18,27	35,55	41,19	47,25
<b>Equador</b>	16,85	8,98	9,44	16,07	17,15	19,68	22,76	22,78	32,13	27,62	28,75	31,15
<b>México</b>	8,49	7,64	7,75	6,89	10,71	15,41	18,60	24,92	25,95	26,45	29,98	32,87
<b>Paraguai</b>	-	-	-	-	-	-	-	61,54	46,10	57,32	54,63	46,61
<b>Uruguai</b>	13,88	18,38	13,88	16,78	15,03	26,76	23,53	19,00	16,70	30,40	27,19	26,26
<b>Venezuela</b>	27,10	25,82	20,92	28,83	28,78	24,12	39,45	27,11	29,74	39,66	28,53	26,17
<b>Mundo</b>	12,83	12,68	13,82	16,72	19,45	19,50	19,73	22,05	25,80	27,73	28,89	30,15

Fonte: WDI, Banco Mundial.

Por outro lado, parte da heterogeneidade que se observa na região está ligada, como já o dissemos, às condições materiais nas quais o capitalismo se estabeleceu. Uma forma de apreender essa dimensão das diferenças no contexto de elementos comuns é mostrar os dados da progressão da indústria na região. Vista como conjunto, a América Latina apresenta dados compatíveis com o desenvolvimento global capitalista, que aponta para tendência universal de queda da participação da indústria no PIB. Na literatura econômica especializada, esse fenômeno é definido como desindustrialização.

Em Filgueiras (2013: 47) há breve resenha das posições principais mostrando que, em geral, o conceito significa tendência persistente de redução da participação do emprego industrial no emprego total, assim como da participação da indústria no PIB. A tendência se estabelece independente da dinâmica do crescimento da economia, sendo intrínseca às economias que alcançaram a condição de capitalismo avançado<sup>8</sup>, mesmo sem serem consideradas desenvolvidas nos padrões internacionalmente reconhecidos, como os do PNUD, por exemplo.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> MELLO (1982) define essas condições como sendo as de introdução de técnicas especificamente capitalistas de produção. Dessa forma, diferencia-se a inserção originária das economias da região na economia global da inserção atual. É sobre isto que estamos falando.

<sup>9</sup> PNUD – programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento calcula regularmente o IDH (índice de Desenvolvimento Humano), cujas dimensões tradicionais são PIB percapita, expectativa de vida e escolarização. A faixa correspondente aos países desenvolvidos é a que varia de 0,8 a 1,0, numa escala geral de 0 a 1. Na forma mais restrita de definição dos países desenvolvidos considera-se apenas o PIB percapita. Neste caso, a faixa dos desenvolvidos é a média dos países da OCDE de cerca de US\$ 20.000,00. Em nenhuma dessas classificações aparecem os países da América Latina, embora o México faça parte da OCDE.

Filgueiras aponta duas razões básicas para o processo de desindustrialização. A primeira é a tendência de crescimento mais rápido da produtividade no setor industrial, em comparação aos demais setores. A segunda é o crescimento mais rápido da elasticidade renda da demanda por serviços. Esta segunda razão possivelmente está relacionada às mudanças históricas no padrão universal de consumo que as economias líderes do capitalismo mundial procuram estabelecer e reproduzir extensivamente para o conjunto do sistema mundial.

Contudo, no desagregado por economias nacionais da América Latina, o processo de desindustrialização é evidente apenas na Argentina, Brasil e Chile. A situação do México e dos países da América Central e Caribe exigiria um estudo aparte, pois nestas economias ampliou-se um tipo de indústria paradigmático, caracterizado como “maquila”, na qual a “produção” consiste na montagem de partes importadas. Assim, os dados desse grupo de países indica “artificialmente” progresso da participação da indústria no PIB.<sup>10</sup>

A tabela 3 compara a intensidade do fenômeno da desindustrialização na região, em países selecionados e em alguns grupos criados pelo Banco Mundial, que representam as maiores e mais avançadas economias capitalistas do planeta. Ressalte-se que a intensidade do fenômeno da desindustrialização na região não apresenta destaques, ao contrário. Em geral, nela, a participação da indústria é comparativamente maior do que aquela que existe nos países desenvolvidos e na média mundial. Se compararmos os dados de ponta a ponta da série, apenas os três países antes mencionados, Argentina, Brasil e Chile, teriam evidências de desindustrialização, enquanto que os demais apresentariam expansão da participação da indústria no PIB.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Em Buitelaar, R. M. e Ruth R. P. (1999) há um estudo dos casos das indústrias do México e dos países da América Central e Caribe. A preocupação é investigar se as indústria maquiladoras trazem algum benefício para a economia nacional em termos de avanço tecnológico. A resposta é que sim, porem numa escala muito menor do que indústrias regulares que conquistam a exportação pela via do aumento de produtividade. Para fins do presente artigo, basta constatar as características diferenciadas da indústria desses países em comparação ao restante da região.

<sup>11</sup> Em Kenessey (2005) há apontamento de discussão metodológica relativamente recente, se considerarmos que o tema da divisão da economia em grandes setores é dos anos 1950 (CLARK, 1951). Ele sugere uma forma de dividir o setor terciário, de modo a caracterizar um quarto setor, este essencialmente ligado a atividades tecnológicas nas suas diversas formas, incluindo educação de formação ao trabalho. A discussão é importante e poderia qualificar melhor a natureza do capitalismo avançado, pois no nosso caso estamos apreendendo apenas a natureza das relações sociais de produção. Assim,

**Tabela 3 – Participação do setor industrial no PIB – 1970 a 2012**

Países	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2012
<b>Argentina</b>	42,3	50,1	41,2	39,3	36,0	28,4	28,1	35,8	31,2	30,5
<b>Brasil</b>	38,3	40,2	43,8	45,3	38,7	27,5	27,7	29,3	28,1	26,3
<b>Chile</b>	42,0	38,4	37,4	37,6	41,5	35,3	32,2	36,9	39,1	35,5
<b>Colômbia</b>	28,3	29,8	32,5	35,5	37,9	31,7	29,4	32,8	35,0	37,5
<b>Peru</b>	31,6	31,7	nd	nd	27,4	31,0	29,9	34,3	36,1	34,6
<b>Bolívia</b>	33,0	32,7	32,4	34,8	34,8	33,1	29,8	32,0	37,3	38,7
<b>Equador</b>	21,5	24,0	26,3	28,8	29,9	27,3	35,7	33,4	34,9	36,9
<b>México</b>	32,2	32,4	33,6	35,3	28,4	33,2	35,7	35,5	34,8	35,7
<b>Venezuela</b>	39,3	46,4	46,4	50,8	60,6	41,3	49,7	57,8	52,2	
<b>renda alta</b>	37,9	36,1	36,1	33,9	32,2	29,3	27,5	25,9	24,4	
<b>AL. em desen.</b>	34,7	36,7	37,8	39,1	34,5	30,8	32,3	33,8	32,6	31,6
<b>Mundo</b>	37,0	36,2	36,5	34,4	32,8	30,6	29,2	28,1	26,8	

Fonte: WDI, Banco Mundial.

Esses dados sobre a América Latina recomendam fortemente a análise das economias nacionais, mostrando que os elementos comuns são insuficientes para determinar um padrão único de reprodução do capital. Na seção seguinte, discutimos o padrão de reprodução do capital no Brasil, procurando elementos que respaldem nossa hipótese de que há elementos estruturais suficientes para que a economia brasileira se diferencie das demais economias da região.<sup>12</sup>

### 3. Padrão de reprodução do capital e determinações estruturais da dependência no Brasil

O conceito de padrão de reprodução do capital está muito bem definido em Ferreira, Osorio e Luce (2012). O livro é em grande parte dedicado a este tema, com capítulos dos organizadores e de Ruy Mauro Marini.<sup>13</sup> Em síntese o conceito apreende características dos ciclos do capital em nível das formações sociais, tratando diretamente de elementos teóricos tanto do processo de acumulação de capital quanto do Estado.

*A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como*

---

capitalismo avançado consiste na penetração extensiva das técnicas capitalistas de produção com adoção da norma do assalariamento. Contudo, este outro tema exigiria em si um artigo aparte.

<sup>12</sup> Este tema é objeto da tese de Araújo (2013). Há um capítulo inicial em que se sustenta a tese de que o capitalismo global reproduz-se com concentração de riqueza e exclusão social. Em seguida, há desenvolvimento teórico do tema do padrão de reprodução do capital. Assim, a tese antecipa elementos de caracterização do padrão de desenvolvimento brasileiro, embora, como veremos na seção 2, sem os elementos completos requeridos para essa caracterização.

<sup>13</sup> Há ainda um capítulo de Carcanholo e Amaral sobre superexploração e transferência de valor.



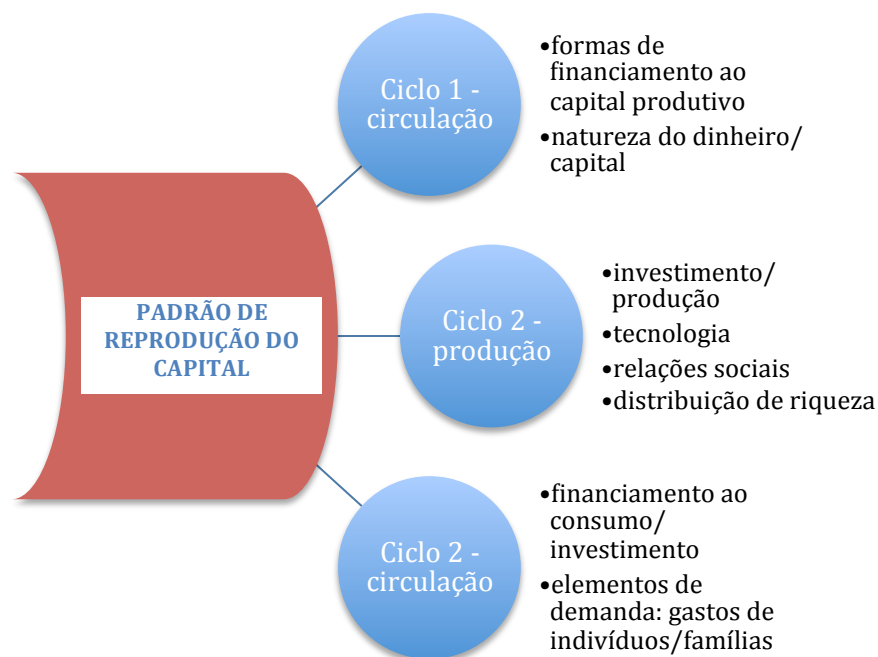
*dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram.*

*A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundiais) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios. (Osorio, 2012a:40-41)*

Seguindo os propósitos deste artigo e de acordo com a citação acima, entendemos que o padrão de reprodução do capital aplica-se para economias nacionais, apreendendo elementos regulares do processo de produção e reprodução do capital, configurando um nível de determinação estrutural.

Um quadro esquemático dos elementos básicos a serem levantados para configurar o padrão de reprodução do capital estão apresentados na figura 1. Esses elementos retratam a fórmula geral marxista de acumulação do capital  $D \Rightarrow M \Rightarrow M' \Rightarrow D'$ , só que num nível concreto em que os elementos precisam ser definidos no âmbito da pluralidade dos capitais, portanto no âmbito da dinâmica concorrencial.

**Figura 1 – Elementos do padrão de reprodução do capital**



Em nível do Ciclo 1, é possível traduzir a forma dinheiro como fruto de mecanismos de financiamento, seja da própria unidade de capital (autofinanciamento) ou de mecanismos relacionados ao capital a juros nas suas diversas modalidades direcionados à produção. Em nível do Ciclo 2, capital produtivo, encontram-se os mecanismos essenciais de valorização do capital. Aqui estão as relações sociais de produção - a contratação da força de trabalho -, os insumos produtivos e os bens de capital. É no âmbito do ciclo 2 que operam prioritariamente as mudanças tecnológicas com a finalidade de aumentar a produtividade do trabalho. Portanto, é neste ciclo que estão os principais determinantes da distribuição de riqueza/renda. Finalmente, no Ciclo 3, materializam-se os gastos de consumo produtivo e improdutivo.

No âmbito d'O Capital esses ciclos são tratados em nível do capital em geral, mostrando como ocorre o processo de acumulação de capital. Marini (2012) discute esses ciclos para mostrar a especificidade do capitalismo latino-americano, formulando esse mesmo processo de acumulação em nível histórico geográfico. Ele mostra as diferenças do processo de acumulação em economias do Centro e da periferia latino-americana. Nas primeiras, os ciclos do capital são integrados internamente à economia nacional, enquanto que no caso dos últimos esses ciclos incluem mecanismos externos à economia.<sup>14</sup>

A principal consequência da quebra dos ciclos na América Latina na interpretação de Marini é que a dominância da forma mais-valia relativa no âmbito da produção cede espaço para diferentes formas de mais-valia absoluta e, assim, a uma condição estrutural de superexploração da força de trabalho. Ele ressalta que no capitalismo do Centro a dominância da mais-valia relativa está estabelecida, permitindo que o desenvolvimento capitalista, intrinsecamente concentrador da riqueza social em extratos de classe específicos, ocorra sem rebaixamento direto de salários no âmbito da produção.

---

<sup>14</sup> Está claro que esta é uma aproximação, pois o desenvolvimento histórico concreto do capitalismo global amplia o grau de interrelação das economias pela ampliação relativa do comércio internacional em comparação ao comércio doméstico. Assim, mesmo economias do Centro podem apresentar quebra do ciclo. O ponto importante a realçar é que as economias latino-americanas apresentam constitutivamente esta característica, com repercussões para o plano da dinâmica da economia.

O foco deste artigo é apreender as características fundamentais deste processo para a economia brasileira e em especial a importância estrutural das commodities. Portanto, assumimos a tese de que a dinâmica de uma economia dependente é significativamente distinta de uma economia do centro do capitalismo.

Há polêmicas relevantes sobre essa caracterização da dinâmica do capital na América Latina. Historicamente, houve debate interno aos autores considerados dependentistas, particularmente entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso. Há uma síntese desse debate em Blomstrom e Hette (1990). A partir daí caracterizaram-se na literatura especializada recente duas vertentes da “Teoria da Dependência”<sup>15</sup>, sendo uma a Weberiana de Fernando Henrique Cardoso e outra a Marxista de Ruy Mauro Marini.<sup>16</sup> Assumimos aqui a posição Marxista por razões que estão apresentadas em Almeida Filho (2012). A razão determinante para a escolha é a possibilidade de manter no foco da discussão do desenvolvimento a luta de classes e sua repercussão sobre a dinâmica do processo de acumulação.

Considerando a diversidade e importância dos elementos da análise sugerida por Marini e Osorio, entendemos ser lícito propor três elementos estruturais de caracterização do padrão de reprodução de capital no Brasil: os de financiamento, os de investimentos e os de distribuição de renda/riqueza. Esses três elementos conjugados podem retratar a natureza da dinâmica da acumulação de capital. O nexos entre eles é dado por um “sistema de regulação”, que inclui toda a ação do Estado e de outras instituições que atuam para garantir a reprodução social (Hirsch, 2010).

A estrutura de financiamento apreende a forma específica pela qual a economia nacional financia seus gastos públicos e privados, a natureza da atividade de

---

<sup>15</sup> A referência a Teoria da Dependência entre aspas explica-se justo pelo debate interno. Como ficou constatado, não há acordo de objeto e método entre os autores que trataram do tema da dependência, de modo que talvez seja mais adequado referir-se ao “Aporte da Dependência”.

<sup>16</sup> Evidentemente, estamos aqui simplificando as referências a um debate relevante, denso, e com repercussão social e política. A FHC somam-se José Serra, Enzo Faletto e parte importante da Escola de Campinas. A Marini somam-se, pelo menos, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Sobre isto veja-se Almeida Filho (2005) e Araújo (2001).

intermediação, bem como a solidez e a natureza de sua moeda e do dinheiro<sup>17</sup>. Baseia-se num sistema financeiro, que dá suporte às atividades de intermediação e valorização da riqueza, na forma monetária; e num sistema de geração de receitas públicas, através dos sistemas tributário, patrimonial e de serviços públicos.

A estrutura de investimentos apreende a participação relativa dos vários ramos industriais e dos demais ramos relativos à agricultura e serviços na determinação do investimento nacional. É preciso registrar o tipo de capital, se estrangeiro ou nacional. Pela natureza do investimento, a importância das distintas unidades de capital nessa determinação supera o aspecto quantitativo, relacionando-se também com a base de formação de expectativas, sendo essas últimas as que definem e alimentam as decisões das unidades de capital. Isto significa que, numa economia dependente, o grau de importância na determinação da renda nacional dos investimentos privados estrangeiros tende a ultrapassar o nível das suas participações relativas no total da produção industrial.

Finalmente, a estrutura de distribuição apreende a forma de repartição da renda e da riqueza nacional. Ela pode ser aferida pela repartição da renda entre salários e lucros, pela distribuição da renda por extratos da população, ou pela concentração espacial da renda. Ademais, ela apreende a distribuição da propriedade de ativos nas suas diversas modalidades, aferindo o grau de intensidade estrutural que a concentração de riqueza impõe, conforme estudo de Piketty (2014).<sup>18</sup> A conformação da estrutura de distribuição é fundamentada na oposição que ocorre em nível da produção entre capital e trabalho; e historicamente desenhada por fatores institucionais, basicamente legislação trabalhista e políticas de renda, pela concentração dos mercados – poder das empresas –, pela organização dos sindicatos, e pela relação de preços de matérias-primas (insumos industriais) e salários. (KALECKI, 1983)

---

<sup>17</sup> A referência a moeda e dinheiro dissociadas tem a ver com outra especificidade de uma economia dependente que é a ter moedas que cumprem parte das funções do dinheiro, isto tanto na perspectiva marxista quanto keynesiana.

<sup>18</sup> Piketty (2014) realizou um estudo empírico de repercussão internacional sobre a concentração de riqueza nos principais países do mundo. Concluiu que há um processo estrutural, intrínseco ao capitalismo, que se não for contido ou regulado, tende a concentrar tendencial a riqueza. Portanto, um corolário possível do seu estudo é que quanto maior a concentração de riqueza maior será a concentração de renda.

Entendemos que as principais características dos dois ciclos de circulação (I e III) podem ser reunidas no conceito de Estrutura de Financiamento. Em Almeida Filho (1994), em Corrêa (1996) e em Corrêa e Almeida Filho (2002) há definição do que seja essa estrutura, subsumindo aspectos da análise keynesiana da Teoria Geral. Contudo, o âmbito da produção (ciclo II) precisa ser melhor desenvolvido, exigindo elementos das estruturas de investimento e distribuição. Marini (2000) sustenta que o conceito de superexploração da força de trabalho traduz a dinâmica produtiva de uma economia dependente.

A proposição de novos conceitos analíticos em relação à análise original de Marini deve-se ao nosso entendimento de que a dinâmica da acumulação de capital em nível de uma economia nacional exige apreensão sincrônica e diacrônica. Em outras palavras, é preciso capturar a natureza e a tendência de movimento dos capitais já estabelecidos no processo de concorrência próprio ao nível da pluralidade dos capitais, como também as expectativas das unidades de capital sobre o devir do processo de acumulação de capital.

De momento, pretendemos tratar apenas de alguns dos elementos do processo de quebra dos ciclos, sobretudo o que diz respeito à natureza da inserção produtiva global da economia brasileira. Os dados são de variáveis proxies, retratando apenas aproximativamente os elementos teóricos.

Em princípio, uma decorrência da quebra dos ciclos de acumulação é uma oferta interna inferior à demanda interna. Isto pode ser percebido pelo grau de abertura da indústria, por ramos industriais conforme apresentado nas tabelas 4 e 5. Observa-se que a indústria extrativa é fundamentalmente voltada ao exterior. Na indústria de transformação, observa-se que grande parte dos setores exportadores são típicos de baixo conteúdo tecnológico, exceto ramos ligados à exportação de automóveis e aeronáutico, que são também importantes importadores. Não há dados dos outros dois setores o primário e o terciário.

**Tabela 4 - Coeficiente de exportações - Em % - preços constantes de 2007**

Setores <sup>1</sup>	2000	2005	2008	2009	2010	2011	2012*
<b>Indústria geral</b>	<b>12,3</b>	<b>20,3</b>	<b>19,0</b>	<b>17,6</b>	<b>17,5</b>	<b>17,9</b>	<b>18,1</b>
<b>Indústria extrativa</b>	<b>32,3</b>	<b>53,6</b>	<b>61,4</b>	<b>67,2</b>	<b>72,8</b>	<b>71,8</b>	<b>68,6</b>
Extração de carvão mineral	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	3,7	0,0
Extração de petróleo e gás natural	3,7	42,8	60,6	69,5	83,8	79,5	73,2
Extração de minerais metálicos	65,4	74,4	74,1	83,8	79,4	81,5	81,6
Extração de minerais não-metálicos	16,6	18,2	16,7	13,3	15,3	14,8	13,8
<b>Indústria de transformação</b>	<b>11,4</b>	<b>18,7</b>	<b>16,8</b>	<b>15,0</b>	<b>14,6</b>	<b>15,0</b>	<b>15,3</b>
Alimentos	11,5	23,7	23,1	23,3	23,6	22,7	23,0
Bebidas	1,5	1,5	1,5	1,2	1,0	1,0	1,0
Fumo	14,5	41,6	51,2	53,0	43,8	42,3	53,8
Têxteis	6,4	13,8	12,8	11,0	10,7	14,1	17,3
Vestuário	3,2	4,1	1,8	1,5	1,3	1,3	1,2
Couros e calçados	24,6	35,2	32,3	29,6	29,5	30,0	30,5
Madeira	25,6	40,2	32,5	26,5	22,8	21,1	18,9
Celulose e papel	13,2	18,7	20,4	23,4	23,3	23,0	22,3
Impressão e reprodução	1,8	2,0	1,2	0,9	0,8	0,9	1,0
Derivados do petróleo e biocombustíveis	2,9	8,5	9,4	8,2	5,8	6,3	7,8
Químicos	7,6	10,9	10,7	11,1	10,8	11,3	10,6
Farmoquímicos e farmacêuticos	4,0	5,5	6,6	7,0	8,3	9,2	9,3
Borracha e material plástico	5,1	8,7	8,8	8,0	8,1	8,4	7,6
Minerais não-metálicos	5,8	11,6	8,6	6,8	7,0	6,5	6,6
<b>Metalurgia</b>	<b>26,0</b>	<b>31,0</b>	<b>25,7</b>	<b>27,6</b>	<b>24,2</b>	<b>26,9</b>	<b>27,5</b>
Produtos de metal	4,2	6,9	7,6	7,2	6,0	6,1	7,0
Informática, eletrônicos e ópticos	14,3	22,1	14,0	12,3	10,7	10,3	9,1
Máquinas e materiais elétricos	12,4	17,2	15,5	14,3	13,1	12,8	14,0
Máquinas e equipamentos	13,8	26,9	21,8	15,7	16,6	18,7	19,3
Veículos automotores	14,4	23,4	16,9	10,9	12,6	13,3	13,4
Outros equipamentos de transporte	55,5	36,2	36,6	21,2	23,5	23,7	25,9
Móveis	8,5	15,6	10,6	8,0	7,4	6,7	6,6
Produtos diversos	11,2	15,2	18,3	17,7	16,4	15,6	15,2

Fonte: Elaborado pela Funcex a partir de dados da Secex/MDIC.

Notas: 1 - Setores da CNAE 2.0; \* - Estimativas

Por outro lado, o coeficiente de penetração das importações é expressivo, superando o coeficiente de exportação por ramos industriais. No geral, ramos típicos voltados à exportação na indústria de transformação são alimentos, fumo, metalurgia e transportes, embarcações e aeronaves. Na indústria extrativa a vocação para exportação é mais forte alcançando índices superiores a 70% da produção nacional.

**Tabela 5 - Coeficientes de Exportação e Penetração de Importações - Resultado por setor (em % - preços correntes)**

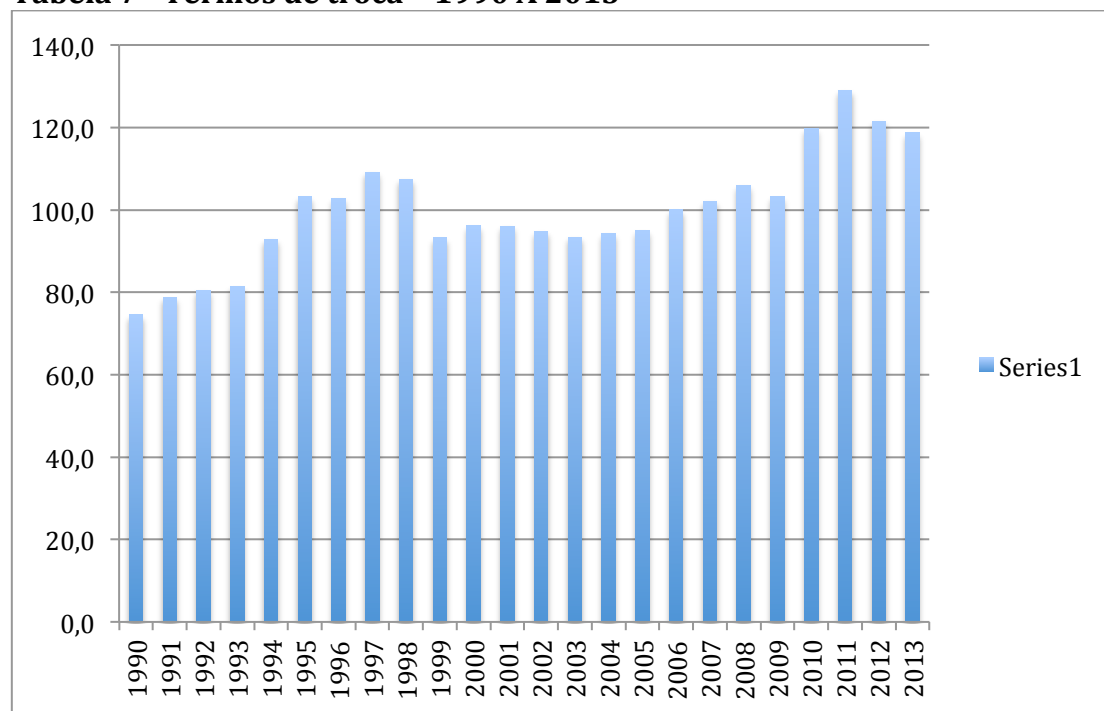
Setores	Exportação			Penetração de importações		
	2009	2010*	2011*	2009	2010*	2011*
<b>Total da Indústria</b>	<b>16,5</b>	<b>17,8</b>	<b>19,8</b>	<b>16,6</b>	<b>17,8</b>	<b>19,8</b>
<b>Indústrias extrativas</b>	<b>61,3</b>	<b>74,5</b>	<b>73,8</b>	<b>48,1</b>	<b>52,2</b>	<b>50,1</b>
Extração de carvão	0,0	0,0	1,6	83,0	84,4	87,0
Extração petro-gás	52,5	63,4	60,2	56,8	58,1	54,5
Extração mine. metálicos	85,4	96,0	93,8	24,7	51,0	33,6
Extração não metálicos	12,7	12,6	12,3	9,3	10,2	13,6
<b>Indústria transformação</b>	<b>14,8</b>	<b>13,9</b>	<b>15,0</b>	<b>15,3</b>	<b>16,6</b>	<b>18,5</b>
Alimentos	22,5	21,9	22,0	3,3	3,3	3,5
Bebidas	1,1	1,0	0,9	4,1	3,3	3,5
Fumo	56,5	47,5	43,5	2,7	2,5	1,0
Têxteis	10,8	9,9	13,6	13,3	15,4	18,5
Vestuário	1,3	1,1	1,1	5,3	5,7	8,4
Couros e calçados	24,6	25,5	25,5	7,3	7,7	9,5
Madeiras	24,0	18,5	17,8	2,1	1,6	2,0
Celulose e papel	22,1	22,5	23,1	7,0	7,5	8,2
Impressão e reprodução	0,9	0,7	0,8	3,4	3,1	3,6
Derivados petró/biocom	7,6	6,2	7,9	9,5	17,8	23,3
Químicos	11,1	10,5	11,1	24,3	23,6	26,3
Farmoquím/Farmacêu.	8,0	7,6	7,9	28,9	31,4	30,3
Borracha e mat. plástico	8,0	7,4	7,7	10,9	11,9	12,9
Minerais não metálicos	6,2	5,9	5,3	4,1	5,1	6,2
Metalurgia	26,7	23,3	30,2	13,5	16,2	17,4
Produtos de Metal	7,2	5,2	5,7	9,1	8,6	9,8
Info/elet/óp.	11,5	8,4	9,0	44,1	45,4	51,0
Máquinas e mat. elétricos	13,2	10,2	10,2	20,7	22,0	24,0
Máquinas/equipamentos	17,4	16,2	19,9	33,0	32,5	36,8
Veículos automotores	11,0	11,8	12,7	13,9	15,0	17,6
Trans/embarca/aeronave	36,3	35,5	35,8	37,5	37,5	37,2
Móveis	7,3	6,3	5,5	2,8	3,3	3,6
Produtos diversos	14,5	12,8	13,0	27,4	27,4	29,5

Fonte: CNI. Indústria brasileira continua perdendo com a valorização comercial. Coeficientes de abertura comercial. Ano 1, n. 2, outubro, 2011

Outro elemento que influencia a dinâmica produtiva interna é a relação de trocas entre produtos importados e exportados, mostrando o esforço produtivo em quantum para viabilizar a importação de produtos não produzidos internamente. Esses dados estão na tabela 7. Elemento complementar a este é o saldo comercial conforme tabela 8. A evolução desses dados mostra um paradoxo em relação à tese cepalina de deterioração dos termos de intercâmbio, pois os dados recentes mostram comportamento positivo desta série, ao tempo em que há inflexão do resultado da balança comercial, que passa

recorrentemente a apresentar valores negativos para a economia brasileira a partir de 2008, resultado da crise internacional que se agudiza.

**Tabela 7 - Termos de troca - 1990 A 2013**



**Comentário:** Razão entre os índices de preço das exportações e os índices de preço das importações. Até 1973, série encadeada e convertida para a base 2006=100. Fonte: Para 1879-1973, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Dados originais do período 1901-1973 ajustados conforme Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. A partir de 1974, dados da Funcex.

**Tabela 8 -Balanço comercial de Bens de Capital - US\$ FOB**

Data	Exportações	Importações	Saldo
1974	256	2.198	-1.942
1975	372	2.646	-2.274
1976	389	2.282	-1.893
1977	547	1.864	-1.317
1978	823	2.219	-1.396
1979	1.193	2.249	-1.056
1980	1.703	2.610	-907
1981	2.112	2.196	-84
1982	1.535	1.804	-269
1983	1.145	1.335	-190
1984	1.140	1.078	62
1985	1.341	1.095	246
1986	1.373	1.468	-95
1987	1.766	1.985	-219
1988	2.173	1.974	199
1989	2.659	2.300	359
1990	2.145	2.917	-772
1991	2.288	3.202	-914
1992	2.847	3.340	-493
1993	3.323	3.867	-544
1994	3.946	5.377	-1.431



1995	3.653	8.846	-5.193
1996	3.919	10.405	-6.487
1997	5.244	12.807	-7.563
1998	5.799	12.476	-6.677
1999	5.657	10.121	-4.464
2000	8.221	9.690	-1.469
2001	8.095	10.901	-2.806
2002	7.323	8.720	-1.397
2003	7.714	7.156	558
2004	12.589	7.702	4.888
2005	15.529	9.912	5.617
2006	16.418	12.390	4.028
2007	19.558	16.836	2.722
2008	22.845	24.939	-2.094
2009	13.431	21.803	-8.372
2010	16.200	29.850	-13.650
2011	19.311	35.239	-15.928
2012	20.308	35.566	-15.258
2013	24.234	37.248	-13.014

Fonte: IPEA DATA, FUNCEX.

Esses dados podem ser confrontados com o padrão de consumo nacional aproximativamente dado pela POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Evidentemente, estamos aqui confrontando dados que não tem causalidade direta, funcionando apenas como elementos aproximativos da relação entre o consumo social e a produção nacional. A pesquisa mostra que cerca de 68% das famílias brasileiras têm um rendimento médio mensal até R\$ 2.490,00 (cerca de US\$ 1.069,00) e que utilizam a quase totalidade do seu rendimento em consumo, particularmente alimentação, habitação e transporte. Esses são produtos típicos da produção doméstica. Esses dados denotam um padrão de consumo não sofisticado.

**Tabela 9 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar Brasil - período 2008-2009**

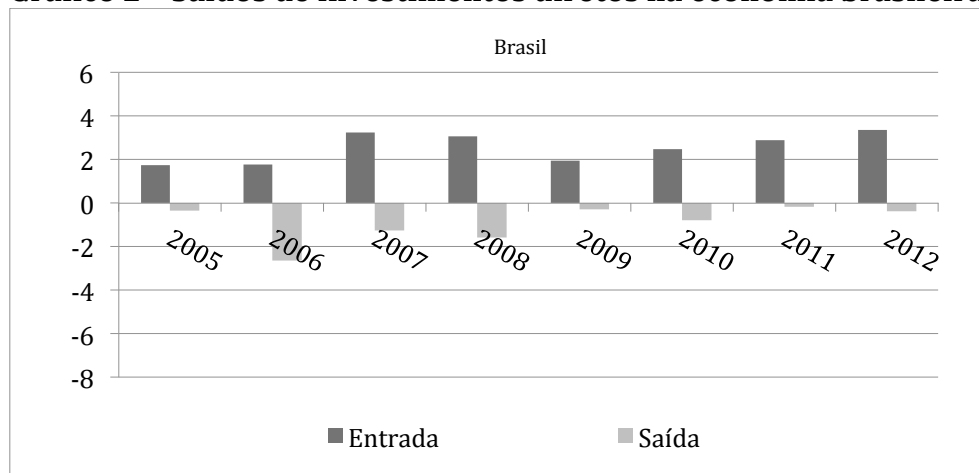
Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1)						
		Até 830 (2)	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 a 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 a 6.225	Mais de 6.225 a 10.375	Mais de 10.375
Despesa total	2.626,31	744,98	1.124,99	1.810,69	3.133,00	4.778,06	7.196,08	14.098,40
Despesas correntes	2.419,77	722,20	1.084,34	1.721,04	2.909,57	4.299,38	6.623,38	12.274,04
Despesas de consumo	2.134,77	699,24	1.035,23	1.605,79	2.638,02	3.783,68	5.626,30	9.469,57
Alimentação	421,72	207,15	279,02	378,83	522,66	655,45	842,79	1.198,14
Habitação	765,89	277,46	410,65	602,72	946,16	1.319,03	1.809,14	3.221,08
Vestuário	118,22	40,43	58,90	96,64	155,39	202,01	289,68	454,70
Transporte	419,19	72,07	124,41	247,73	518,84	835,58	1.428,28	2.491,54
Higiene, cuidados pess.	51,02	20,60	30,17	46,92	66,52	83,96	109,14	146,29
Educação	64,81	6,83	12,95	29,01	74,66	145,64	288,40	409,31
Recreação e cultura	42,76	8,38	14,67	27,81	51,53	86,70	133,22	239,57
Fumo	11,62	6,91	8,90	12,32	14,48	14,44	15,17	23,69
Serviços pessoais	23,85	5,60	8,99	17,32	30,73	47,76	70,54	108,93
Despesas diversas	61,87	13,01	18,85	36,70	71,54	120,28	202,05	389,00
Outras desp. correntes	285,00	22,96	49,11	115,25	271,54	515,71	997,08	2.804,47
Serviços bancários	9,94	0,78	2,02	5,72	14,54	20,46	38,65	53,21
Previdência privada	4,84	0,04	0,05	0,65	3,17	7,06	12,92	77,65
Aumento do ativo	152,09	16,12	25,88	57,37	152,15	367,46	402,48	1.479,90
Diminuição do passivo	54,45	6,66	14,77	32,29	71,28	111,22	170,23	344,46
Empréstimo	37,68	5,22	11,75	22,51	46,22	75,68	119,40	239,38
Prestação de imóvel	16,77	1,44	3,02	9,78	25,05	35,54	50,84	105,07
<b>Número de famílias</b>	<b>57.816.604</b>	<b>12.503.385</b>	<b>10.069.184</b>	<b>16.972.311</b>	<b>8.890.463</b>	<b>4.181.485</b>	<b>2.994.837</b>	<b>2.204.938</b>
<b>Tam. médio fam. (pess.)</b>	<b>3,30</b>	<b>3,07</b>	<b>3,18</b>	<b>3,38</b>	<b>3,42</b>	<b>3,48</b>	<b>3,47</b>	<b>3,30</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2010).

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa e unidade de consumo, conforme IBGE (2010).

(1) Inclui os rendimentos monetário e não monetário e a variação patrimonial. (2) inclusive sem rendimento.

Um dos pontos centrais do argumento de Celso Furtado (1968) para considerar a economia brasileira subdesenvolvida nos anos 1960, período de surgimento da Teoria Marxista da Dependência, é de inadequação da tecnologia que acompanha os investimentos diretos no Brasil ao consumo social, retratado mais recentemente pela POF de 2010. Assim, a diferenciação produtiva que historicamente foi engendrada pela inserção global brasileira foi sinérgica à condição estrutural brasileira de desigualdade social porém gera dependência produtiva e vulnerabilidade externa. Uma síntese dessa condição aparece na Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Saldos de investimentos diretos na economia brasileira**

Fonte: Banco Mundial.

Finalmente, os dados da Tabela 10 mostram em série histórica elementos da inserção produtiva global da economia brasileira. Esses dados somados aos demais dados permitem desenhar uma inserção dependente e que se reproduz em função dos mecanismos que regulam a economia global e a economia brasileira em particular, neste último caso operam os mecanismos vinculados ao “sistema de regulação” a que antes nos referimos.

**Tabela 10 – Exportações e Importações Brasileiras - US\$ (milhões) FOB**

Data	Exportações				Importações			
	bens de capital	consumo duráveis	consumo não duráveis	intermediários	bens de capital	consumo duráveis	consumo não duráveis	intermediários
1974	256	188	1.210	6.092	2.198	181	439	6.831
1975	372	249	1.365	6.390	2.646	163	370	6.112
1976	389	251	1.622	7.513	2.282	138	392	5.916
1977	547	354	2.200	8.788	1.864	105	456	5.733
1978	823	499	2.451	8.686	2.219	138	545	6.537
1979	1.193	538	2.787	10.491	2.249	128	868	8.355
1980	1.703	803	3.603	13.572	2.610	97	695	9.686
1981	2.112	1.117	4.616	14.212	2.196	93	490	8.290
1982	1.535	1.045	3.825	12.241	1.804	90	468	6.891
1983	1.145	937	4.090	14.535	1.335	57	417	5.424
1984	1.140	1.039	5.849	17.093	1.078	46	265	5.640
1985	1.341	1.264	4.802	16.564	1.095	92	369	5.888
1986	1.373	1.212	4.545	14.479	1.468	139	1.478	7.908
1987	1.766	2.082	5.078	16.346	1.985	103	800	8.015
1988	2.173	2.142	6.160	22.334	1.974	126	540	8.428
1989	2.659	2.045	5.074	23.197	2.300	209	1.469	10.486
1990	2.145	1.491	5.379	21.714	2.917	257	1.598	10.895

1991	2.288	1.383	5.289	22.217	3.202	369	1.804	11.309
1992	2.847	2.277	6.416	23.683	3.340	508	1.185	11.303
1993	3.323	2.040	7.187	25.300	3.867	1.098	1.586	14.126
1994	3.946	1.983	7.373	29.372	5.377	2.208	2.683	18.292
1995	3.653	1.907	7.837	32.591	8.846	4.602	5.268	25.898
1996	3.919	1.976	8.633	32.712	10.405	2.740	5.680	28.052
1997	5.244	2.838	8.841	35.700	12.807	3.895	6.028	30.904
1998	5.799	2.837	8.855	33.245	12.476	3.842	6.201	30.875
1999	5.657	2.394	8.751	30.748	10.121	1.888	4.580	27.892
2000	8.221	3.367	9.169	33.431	9.690	1.887	4.140	32.489
2001	8.095	3.503	10.613	33.910	10.901	2.000	3.782	31.878
2002	7.323	3.486	10.767	35.761	8.720	1.245	3.449	27.666
2003	7.714	4.451	12.710	44.388	7.156	1.061	3.428	30.197
2004	12.589	5.742	16.308	57.147	7.702	1.306	3.949	39.902
2005	15.529	6.998	19.993	68.187	9.912	1.806	4.722	45.386
2006	16.418	7.276	22.343	79.600	12.390	3.300	6.087	54.228
2007	19.558	7.480	26.845	92.047	16.836	4.988	7.976	70.412
2008	22.845	7.688	32.865	113.542	24.939	7.758	10.118	99.661
2009	13.431	5.272	25.985	93.340	21.803	7.670	10.065	71.709
2010	16.200	6.843	30.682	127.367	29.850	11.755	13.312	100.836
2011	19.311	6.864	35.432	166.209	35.239	15.802	16.768	121.051
2012	20.308	6.091	34.311	153.238	35.566	13.738	18.220	118.874
2013	24.234	7.961	34.669	155.657	37.248	37.248	37.248	37.248

Fonte: IBGE.

Em síntese, todos esses dados mostram elementos do padrão de reprodução de capital no Brasil, sem evidentemente esgotá-lo. Um aspecto central é a natureza da inserção que não se altera na essência, não obstante transformações cruciais pelas quais o capitalismo global passou desde os anos 1980.

#### 4. Conclusões

Nosso objetivo neste artigo é mostrar que a América Latina, embora tenha características estruturais comuns apontadas pela Teoria Marxista da Dependência, apresenta distintos padrões de reprodução de capital. Um desses padrões é o da Economia Brasileira, que apresenta diversos pontos em comum com os demais países estudados, porém apresenta aspectos distintivos em relação aos mecanismos de financiamento, investimento e distribuição peculiares no confronto com o restante da América Latina. A escala tanto da produção industrial, agrícola, quanto do financiamento ao investimento é comparativamente maior. Além disso, a natureza e a escala do Estado são distintas.

Osório (2012b) trata a região como tendo um padrão comum denominado de exportador de especialização produtiva, configurando uma inserção histórica de exportação de produtos primários ou primários processados que se reproduz estruturalmente. Entendemos que esta é uma aproximação relevante que o próprio autor sugere necessitar de maiores estudos de aprofundamento, ao selecionar as cinco maiores economias da região e confrontar os seus dados agregados (págs. 103-133). O confronto mostra diferenças significativas para fins de análise da dinâmica da economia. Os dados recentes de crescimento atestam esta linha de interpretação, pois a economia brasileira apresenta comparativamente taxas menores.

Segundo dados e análise do Banco Mundial quanto a taxas de crescimento, a América Latina estaria ingressando numa fase de crescimento mais baixo. A taxa de crescimento da região caiu de 6% em 2010 para 3% em 2012, com projeções de 2,5% para 2013, com dispersão importante entre os resultados das economias nacionais. As previsões vão de taxas iguais ou inferiores a 1%, no caso da Jamaica e da Venezuela, a percentuais “asiáticos” de crescimento de 5,5% e 8% para Peru e Panamá, respectivamente. Um grupo de países vai crescer acima da média regional, com taxas entre 3 e 4% (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala e Uruguai. Contudo, as maiores economias regionais do Brasil e México registrarão crescimento abaixo da média.<sup>19</sup>

Luce (2011) vai tratar do conceito de Subimperialismo em Marini, destacando o papel do Estado e o grau de internacionalização da economia como elementos centrais. Utilizando-se desses elementos vai configurar o Brasil como Subimperialismo Dependente, o que em si sugere um padrão de reprodução do capital distinto do restante da região.

Parece-nos que os dados que sintetizamos neste artigo são ainda insuficientes para uma posição definitiva. Seria indispensável tratar mais a fundo da estrutura de financiamento e nela especificamente das contas públicas. A importância e forma do Estado para a dinâmica de produção e reprodução do capital são decisivas. Mesmo assim, é possível

---

<sup>19</sup> Dados disponíveis em <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2013/10/09/world-bank-latin-america-economy-decelerating-historic-shift-currencies-lift>, acesso em 23/03/2014.

reiterar, em acordo com Osorio (2012b) que a inserção global das economias da América Latina é estrutural e elemento central para uma caracterização definitiva do(s) padrão (ões) de reprodução do capital.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, N. (1994) Limites Estruturais à política econômica nos anos 1980. Tese de doutorado. IE-UNICAMP.
- ALMEIDA FILHO, N. (2005) O debate atual sobre dependência. In Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50.
- ALMEIDA FILHO, N. (2012) “Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro”. In Almeida Filho (2012) Desenvolvimento e Dependência – Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, pp 167-188.
- ALMEIDA FILHO, N. (2013) Overexploitation of the workforce and concentration of wealth: key issues for development policy in Brazilian peripheral Capitalism. World Review of Political Economy, v. 4, p. 4-24, 2013.
- ARAÚJO, E. S. (2001) A Teoria da Dependência Enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista nas Formações Sociais Periféricas: As Versões de Cardoso e Marini. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UFU, Uberlândia, 132p.
- ARAÚJO, P.S. (2013) Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI - Desigualdade e Padrão de Reprodução. Tese de doutorado. IE-UFU.
- BLOMSTROM, M. e HETTE, B. (1990) La teoría do desarrollo en transición. México: Fondo de Cultura Económica.
- BUITELAAR, R. M. e RUTH R. P. (1999) Industria maquiladora y cambio técnico. In Revista de la CEPAL, 67, abril, pp 133-
- CORRÊA, V. P. e ALMEIDA FILHO, N. (2001) Mudanças Fundamentais na Estrutura de Financiamento Brasileira nos Anos 90. Economia Ensaios, IE/UFU Uberlândia - MG, v. 15, n.2, p. 189-240.
- CLARK, C. (1951) The conditions of economic growth. Mac Millan and Co.
- DOS SANTOS, T. (1969) Socialismo o Facismo: El Dilema Latinoamericano. Santiago, Chile: Ed. PLA.
- FERREIRA, C.; OSORIO, J.; e LUCE, M. S. (orgs.) (2012) Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo.
- GONÇALVES, R (2000) *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Contexto.
- HIRSCH, J. (2010) Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro: Revan.
- KALECKI, M. (1983) Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural.
- KENESSEY, Z. (2005) The primary, secondary, tertiary and quaternary sectors in the economy. In Review of Income and Wealth, vol. 33 (4), pp 359-385.
- LUCE, M. S. (2011) A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de

uma categoria. Tese de doutorado. Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FILGUEIRAS, L. (2012) A Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e o Processo de Desindustrialização. Centro Celso Furtado, mimeo.

FURTADO, C. (1968) Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

MARINI, R. M. (2000 [1973]) Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, J.M.C. (1982) O capitalismo tardio. Braziliense.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A. ; e CUNHA, S. F. (2009) Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/51.pdf> , acesso em 23/03/2014.

OSORIO, J. (2012a) “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica”. In FERREIRA, C.; OSORIO, J.; e LUCE, M. S. (orgs.) (2012) op.cit. p. 37-86.

OSORIO, J. (2012b) “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”. In FERREIRA, C.; OSORIO, J.; e LUCE, M. S. (orgs.) (2012) op.cit. p. 103-134.

PIKETTY, T. (2014) Capital in the Twenty-First Century. Cambridge, Mass: The Belknap Press of Harvard University Press.

Sites:

CEPAL: [www.cepal.org](http://www.cepal.org)

Ruy Mauro Marini – escritos: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>